



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

João Carlos Bertola Franco de Gouveia

**A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos  
direitos humanos**

Rio de Janeiro

2009

João Carlos Bertola Franco de Gouveia

**A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Direito.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmen Tiburcio

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

G719n Gouveia, João Carlos Bertola Franco de.

A nova exceção à imunidade de jurisdição dos estados : a violação aos direitos humanos / João Carlos Bertola Franco de Gouveia - 2019.  
284 f.

Orientador: Carmen Tibúrcio.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Imunidade tributária - Teses. 2. Direitos humanos - Teses. I. Tiburcio, Carmen. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 347.965.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

João Carlos Bertola Franco de Gouveia

**A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Direito.

Aprovada em: 26 de janeiro de 2010.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Tiburcio (Orientadora)

Faculdade de Direito da UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilda Rosado de Sá Ribeiro

Faculdade de Direito da UERJ

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Antônio Celso Alves Pereira

Faculdade de Direito da UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nadia de Araujo

Faculdade de Direito da PUC-RJ

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo

Faculdade de Direito da UFF

Rio de Janeiro

2009

## **AGRADECIMENTOS**

Não posso deixar de mencionar nesses curtos agradecimentos a alegria por minha estada e agora por participar dessa verdadeira Escola de Direito que é a Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nela realizei o meu doutorado, usufruí do agradável convívio de colegas e professores e adquiri os conhecimentos teóricos e de vida imprescindíveis ao exercício do ofício do direito.

À Prof<sup>a</sup> Carmen Tiburcio agradeço sempre e mais os ensinamentos recebidos e, sobretudo, seu exemplo de vida e de dedicação ao Direito. Quero registrar também um agradecimento sincero a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da UERJ e, particularmente, pelo convívio e amizade, aos Professores Marilda Rosado de Sá Ribeiro, Antônio Celso Alves Pereira, Adilson Pires e Gustavo Sénéchal.

Gostaria de agradecer, também, aos professores externos Nadia de Araujo e Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo.

Não poderia terminar esses agradecimentos sem uma especialíssima menção à minha família que é, afinal, a fortaleza onde sempre nos escoramos. Aos meus pais, irmã, mulher e filha agradeço pelo apoio e atenção constantes.

## RESUMO

GOUVEIA, João Carlos Bertola Franco de. **A nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados: a violação aos direitos humanos**. 2009. 284f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A presente tese tem por escopo verificar o surgimento de uma nova exceção à imunidade de jurisdição dos Estados no caso de violação dos direitos humanos. Para chegar a essa conclusão, faz-se a análise e revisão críticas dos principais casos da jurisprudência estrangeira e nacional, de teorias, da Convenção da Basiléia sobre Imunidade de Jurisdição, da Convenção da ONU sobre Imunidade de Jurisdição, das leis internas sobre imunidade de jurisdição dos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e da Argentina. O tema é dividido em quatro partes: na primeira parte, trata-se de noções sobre jurisdição e imunidade de jurisdição. Na segunda, sobre a evolução da imunidade de jurisdição dos Estados. Na terceira, sobre as exceções clássicas à imunidade de jurisdição e, na última, sobre a nova exceção à imunidade de jurisdição no caso de violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Imunidade de jurisdição dos Estados. Violação dos direitos humanos.

## **ABSTRACT**

The scope of this thesis is to analyze the emergence of a new exception to the rule of state immunity in the case of human rights violations. To reach this conclusion a survey of the main cases law and theories is done. In addition, the European Convention on State Immunity, the UN Convention on State Immunity, the sovereign immunity acts of the United States, United Kingdom, Australia and Argentina are comparatively examined.

This thesis is divided into four parts: in the first part, it deals with notions of jurisdiction and jurisdictional immunity. In the second part, with the evolution of states immunity. In the third part, with the classical exceptions to jurisdictional immunity and in the last with the new exception to the state immunity in the case of human rights violations.

**Key words:** state immunity; human rights violations.

## RÉSUMÉ

La présente thèse a pour but vérifier l'émergence d'une nouvelle exception à l'immunité de juridiction des États dans le cas de violations des droits de l'homme. Pour arriver à cette conclusion, on examine les principaux arrêts étrangers et nationaux, des théories, la Convention Européenne sur l'Immunité de Juridiction, la Convention de l'ONU sur l'Immunité de Juridiction et les lois internes sur des immunités de juridiction des États Unis, Royaume Uni, Australie et Argentine. Cette thèse est divisée en quatre parties: partie I – notions de juridiction et immunités de juridiction; partie II – évolution de l'immunité de juridiction des États; partie III – exceptions classiques à l'immunité de juridiction; partie IV – la nouvelle exception à l'immunité de juridiction dans le cas de violation des droits de l'homme.

Mots-clés: immunité de juridiction; violation des droits de l'homme.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>JURISDIÇÃO</b> .....	13
1.1	<b>Noções de jurisdição</b> .....	13
1.2	<b>Princípio da territorialidade</b> .....	17
1.3	<b>Princípio da jurisdição universal</b> .....	17
1.3.1	<u>Princípio da universalidade geral cooperativa</u> .....	20
1.3.2	<u>Princípio da universalidade cooperativa limitada</u> .....	20
1.3.3	<u>Princípio da universalidade limitada unilateral</u> .....	21
1.4	<b>Aut dedere aut judicare</b> .....	23
1.5	<b>Convenções internacionais com a cláusula aut dedere aut judicare</b> .....	24
1.6	<b>Resoluções que tratam da jurisdição universal</b> .....	28
1.7	<b>Jurisdição em material civil</b> .....	32
1.7.1	<u>Normas delimitadoras da competência civil internacional da justice brasileira</u>	33
1.7.2	<u>A derrogação da jurisdição brasileira: o princípio da efetividade</u> .....	34
1.7.3	<u>O forum non conveniens</u> .....	37
1.7.4	<u>Jurisdição civil universal</u> .....	39
2	<b>IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO</b> .....	45
2.1	<b>Conceito de imunidade de jurisdição do Estado</b> .....	45
2.1.1	<u>Imunidade de jurisdição pessoal e imunidade de jurisdição funcional</u> .....	46
2.1.2	<u>Distinção de figures afins: act of state</u> .....	50
2.2	<b>Teoria da imunidade de jurisdição absoluta do Estado</b> .....	52
2.3	<b>Limites à imunidade absoluta e princípio da legalidade</b> .....	53
2.4	<b>Teoria da imunidade restrita</b> .....	54
2.5	<b>A jurisprudência dos Estados da <i>common law</i></b> .....	56
2.5.1	<u>A jurisprudência americana</u> .....	56
2.5.2	<u>A jurisprudência inglesa</u> .....	59
2.6	<b>A jurisprudência dos Estados da <i>civil law</i></b> .....	61
2.6.1	<u>França</u> .....	61
2.6.2	<u>Alemanha</u> .....	63
2.6.3	<u>Brasil</u> .....	65
3	<b>ALGUMAS EXCEÇÕES CLÁSSICAS À IMUNIDADE DE</b>	

	<b>JURISDIÇÃO.....</b>	67
3.1	<b>Exceção imobiliária.....</b>	67
3.2	<b>Exceção comercial.....</b>	72
3.3	<b>Exceção trabalhista.....</b>	84
3.4	<b>Exceção de responsabilidade civil.....</b>	94
3.4.1	<u>Conexão jurisdicional.....</u>	99
3.4.2	<u>A reparação civil nos crimes de guerra.....</u>	100
4	<b>A NOVA EXCEÇÃO À IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	108
4.1	<b>A formação do costuma internacional.....</b>	111
4.2	<b>A formação de um novo costume internacional a partir de resoluções e declarações de organismos internacionais.....</b>	114
4.3	<b>Os direitos humanos como normas peremptórias de direito internacional (<i>jus cogens</i>) .....</b>	120
4.4	<b>A possibilidade de hierarquização das normas de direitos humanos.....</b>	124
4.5	<b>O regime dual da responsabilidade internacional do Estado.....</b>	131
4.6	<b>Jurisprudência da corte europeia de direitos humanos.....</b>	134
4.7	<b>Jurisprudência do tribunal penal internacional <i>ad hoc</i> para a ex-Iugoslávia</b>	141
4.8	<b>Jurisprudência da Corte interamericana de direitos humanos.....</b>	141
4.9	<b>Jurisprudência da Corte internacional de justiça.....</b>	142
5	<b>TEORIAS PARA AFASTAR A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS NO CASO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	145
5.1	<b>Teoria da hierarquia normativa e conseqüências das normas de <i>jus cogens</i>..</b>	145
5.2	<b>Teoria de Caplan: teoria do benefício coletivo.....</b>	148
5.3	<b>Teoria de Jürgen Bröhmer.....</b>	153
6	<b>O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA NOVA EXCEÇÃO À IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.....</b>	156
6.1	<b>O caso Pinochet.....</b>	156
6.2	<b>O caso Ferrini.....</b>	181
7	<b>O CASO JONES.....</b>	186
8	<b>O JUS GENTIUM COMO FUNDAMENTO PARA A PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS EM FACE DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.....</b>	199
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	205

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>226</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO V.....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXO VI.....</b>	<b>289</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, tratando-se dos Estados, a matéria das imunidades é regida por regras costumeiras de direito internacional. O direito das imunidades foi, em seguida, enriquecido por algumas convenções. A primeira foi a convenção de Bruxelas de 1926 sobre as imunidades dos navios de Estado. Depois, surgiu a convenção de Basiléia de 1972 sobre as imunidades dos Estados, negociada sob a égide do Conselho da Europa. Posteriormente, diferentes Estados da *common law*, como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, e, ainda, a África do Sul, adotaram legislação interna sobre as imunidades.

Inicialmente, a imunidade de jurisdição dos Estados era absoluta, evoluindo mais tarde para uma imunidade relativa, havendo algumas exceções em que não se aplicava a imunidade de jurisdição. Assim, as leis internas desses Estados previram exceções nos casos de lides trabalhistas ou de acidentes automobilísticos.

O direito brasileiro, seguindo a tendência mundial, também adotou a imunidade relativa, a partir da Magna Carta de 1988, com uma nova interpretação do art.114, I da mesma, no caso de questões trabalhistas.

Atualmente, no entanto, o direito das imunidades de jurisdição continua a evoluir, havendo doutrina e jurisprudência que sustentam a sua ausência no caso de violação dos direitos humanos. Dessa forma, o *leading case* seria o caso *Pinochet*, no qual a Câmara dos Lordes entendeu que Pinochet não teria imunidade de jurisdição perante a corte inglesa em função de atos funcionais violadores dos direitos humanos praticados durante o tempo em que foi presidente do Chile.

Dessa maneira, dentre as exceções à imunidade de jurisdição dos Estados, poder-se-ia acrescentar uma nova exceção no caso de violação dos direitos humanos.

E, como essa exceção ainda não está prevista em convenção ou lei interna, os tribunais, tanto nacionais como internacionais, ainda divergem a respeito de sua aplicação.

A ausência de imunidade de jurisdição no caso de violação de direitos humanos constitui um tema em evolução. Com efeito, no que se refere ao campo penal, a imunidade era na origem absoluta, depois a imunidade absoluta limitou-se ao chefe de Estado em exercício.

Já com relação aos ex-chefes de Estado, somente seria concedida imunidade no que se refere aos atos realizados no exercício de suas funções, mas não para os atos privados.

Depois, no caso *Pinochet*, foi decidido que eles não têm imunidade não somente nos atos privados, mas também no caso de atos de tortura.

A imunidade de jurisdição no caso de violação de direitos humanos tem sido discutida na doutrina estrangeira, mas não houve muitos estudos por parte da doutrina brasileira.

Como o tema é ainda novo no Brasil, não havendo doutrina a respeito e apenas alguns votos vencidos no Superior Tribunal de Justiça consagrando o afastamento da imunidade de jurisdição no caso de violação dos direitos humanos, a presente tese contribuirá para este Programa de Pós-graduação.

O problema da presente tese consiste em verificar o conflito entre o princípio da igualdade soberana dos Estados com o princípio da dignidade da pessoa humana por meio da proteção internacional dos direitos humanos e saber se já existe uma nova exceção à imunidade de jurisdição no caso de violação dos direitos humanos. Não será tratado aqui do Tribunal Penal Internacional, mas, sim, de julgamento em tribunais nacionais.

O presente trabalho é dividido em oito capítulos. O primeiro capítulo tratará de noções sobre jurisdição, incluindo a jurisdição criminal e civil universal.

O segundo disporá sobre o conceito e a evolução da imunidade jurisdicional dos Estados, mostrando a passagem da imunidade absoluta para a relativa.

O terceiro discorrerá sobre as exceções clássicas sobre a imunidade de jurisdição, como as exceções imobiliária, laboral, comercial e delitual.

O quarto capítulo versará sobre a nova exceção à imunidade de jurisdição, no caso de violação dos direitos humanos.

O quinto capítulo tratará de algumas teorias para afastar a imunidade de jurisdição, como a teoria da hierarquia normativa, teoria do benefício coletivo de Caplan, teoria de Bröhmer, além da ponderação de valores e de um método para conciliar o conflito entre os princípios da igualdade soberana dos Estados e da dignidade da pessoa humana, o equilíbrio reflexivo.

O sexto capítulo analisará os casos *Pinochet* e *Ferrini*, nos quais foi afastada a imunidade de jurisdição.

O sétimo capítulo versará sobre o caso *Jones*, no qual foi mantida a imunidade de jurisdição do Estado com relação à reparação civil decorrente de ato de tortura.

Por fim, no oitavo capítulo, a tese será concluída com algumas ponderações acerca do *jus gentium* e sua evolução como um direito universal comum a todos os povos.

## REFERÊNCIAS

AKANDE, Dapo. *International law immunities and the international criminal court*. In: the American journal of international law, vol.98, n.3, 2004.

ALEBEEK, Rosanne van. *The immunity of states and their officials in international criminal law and international human rights*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ALEXIDZE, Levan. *Legal nature of jus cogens in contemporary international law*. In: Recueil des Cours, académie de droit international, tomo 172, 1981, III.

ALMEIDA, Francisco António de M. L. Ferreira. *Os crimes contra a humanidade no actual direito internacional penal*. Coimbra: Almedina, 2009.

APPELBAUM, Christian. *Einschränkungen der Staatenimmunität in Fällen schwerer Menschenrechtsverletzungen: Klagen von Bürgern gegen einen fremden Staat oder ausländische staatliche Funktionsträger vor nationalen Gerichten*. Berlin: Duncker & Humblot, 2007.

ARAUJO, Nadia. *Direito internacional privado: teoria e prática brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BADR, Gamal Moursi. *State immunity: an analytical and prognostic view*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1984.

BANTEKAS, Ilias. *The Pinochet affair in international law*. In: revue hellénique de droit international, 52, 1999.

BARKER, J. Craig. *State immunity, diplomatic immunity and act of state: a triple protection against legal action*. In: International and comparative law quarterly, vol. 47, 1998.

BARKER, J. Craig. *The future of former head of state immunity after ex parte Pinochet*. In: international and comparative law quarterly, vol.48, part 4, 1999.

BARTSCH, Kerstin; ELBERLING, Björn. *Jus cogens vs. state immunity, round two: the decision of the European court of human rights in the Kalogeropoulou et a. v. Greece and Germany decision*. In: German law journal n°5, maio de 2003.

BATES, Ed. *State immunity for torture*. In: human rights law review, 2007.

BELSKY, Adam C.; MERVA, Mark; ROHT-ARRIAZA, Naomi. *Implied waiver under FSIA: a proposed exception to immunity for violations of peremptory norms of international law*. In: Californian law review, vol. 77, 365, 1989.

BIANCHI, Andrea. *Human rights and the magic of jus cogens*. In: the European journal of international law, vol.19, 3, 2008.

BIANCHI, Andrea. *Immunity versus human rights: the Pinochet case*. In: the European journal of international law, vol.10, n° 2, 1999.

BIANCHI, Andrea. *Ferrini v. Federal Republic of Germany*. In: the American journal of international law, vol.99, n° 1, 2005.

BRÖHMER, Jürgen. *State immunity and the violation of human rights*. A Haia: Martinus Nijhoff publishers, 1997.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Trad. Maria Manuela Farrajota Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

CAFLISH, Lucius. *Immunité de juridiction et respect des droits de l'homme*. In: CHAZOURNES, Laurence Boisson de; DEBBAS, Vera Gowlland (org.). *The international legal system in quest of equity and universality*. The Hague: Martinus Nijhoff, 2001.

CANDRIAN, Jérôme. *L'immunité des États face aux droits de l'homme et à la protection des biens culturels*. Zurich: Schulthess, 2005.

CAPLAN, Lee M. *State immunity, human rights and jus cogens: a critique of the normative hierarchy theory*. In: the American journal of international law, vol. 97, 2003.

CARA, Jean-Yves de. *L'affaire Pinochet devant la chambre des Lords*. In: annuaire français de droit international, XLV, 1999.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASSESE, Antonio. *International criminal law*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

CASSESE, Antonio. *When may senior state officials be tried for international crimes? Some comments on the Congo v. Belgium case*. In: European journal of international law, vol.13, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Trad. Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CLAPHAM, Andrew. *National action challenged: sovereignty, immunity and universal jurisdiction before the international court of justice*. In: LATTIMER, Mark; SANDS, Philippe (org.). *Justice for crimes against humanity*. Oxford: Hart, 2003.

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL – ONU – Report of the working group on jurisdictional immunities of states and their property. Doc. A/CN.4/L.576, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSNARD, Michel. *La soumission des États aux tribunaux internes face à la théorie des immunités des États*. Paris: Pedone, 1996.

COSNARD, Michel. *Quelques observations sur les décisions de la chambre des lords du 25 novembre 1998 et du 24 mars 1999 dans l'affaire Pinochet*. In: revue générale de droit international public, vol. 103/1999/2.



CRAWFORD, James; PEEL, Jacqueline; OLLESON, Simon. *The ILC's articles on responsibility of states for internationally wrongful acts: completion of the second reading*. In: European journal of international law, vol.12, nº5, 2001.

DENZA, Eileen. *The 2005 UN convention on state immunity in perspective*. In: International and comparative law quarterly, vol. 55, 2006.

DENZA, Eileen. Ex parte Pinochet: lacuna or leap? In: international and comparative law quarterly, vol.48, part 4, 1999.

DICKINSON, Andrew. *Status of forces under the UN convention on state immunity*. In: International and comparative law quarterly, 55, (2006).

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito internacional público*, trad. Vítor Marques Coelho. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.

DOLINGER, Jacob. *A imunidade jurisdicional dos Estados*. In: revista de informação legislativa, ano 19, nº76, out./dez. 1982.

DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado: parte geral*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DOLINGER, Jacob. *Ordem pública mundial; ordem pública verdadeiramente internacional no direito internacional privado*. In: revista de informação legislativa do sendo federal, 90.

DOMINICÉ, Christian. *Quelques observations sur l'immunité de juridiction pénale de l'ancien chef d'état*. In: revue générale de droit international public, vol. 103/1999/2.

DONOVAN, Donald Francis; ROBERTS, Anthea. *The emerging recognition of universal civil jurisdiction*. In: the American journal of international law, Vol. 100, nº 1 (jan. 2006).

DUPUY, Pierre-Marie. *Crimes et immunités, ou dans quelle mesure la nature des premiers empêche l'exercice des seconds*. In: revue générale de droit international public, vol. 103/1999/2.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*, trad. Nelson Boeira São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESPIELL, Hector Gros. *La convention américaine et la convention européenne des droits de l'homme*. In: recueil des cours, académie de droit international, vol. 218, 1989, VI.

FACHIN, Melina Girardi. *Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

FITZMAURICE, Gerald. *State immunity from proceedings in foreign countries*. B.Y.I.L. XIV: 1933.

FORCESE, Craig. *De-immunizing torture: reconciling human rights and state immunity*. In: Mc Gill law journal, vol. 52, 2007.

FOX, Hazel. *In defence of state immunity: why the UN convention on state immunity is important*. In: International and comparative law quarterly, vol. 55, 2006.

FOX, Hazel. *The first Pinochet case: immunity of a former head of state*. In: international and comparative law quarterly, vol.48, part 1, 1999.

FOX, Hazel. *The law of state immunity*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

FOX, Hazel. *The Pinochet case nº3*. In: international and comparative law quarterly, vol.48, part 3, 1999.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *Direito internacional humanitário e normas imperativas (jus cogens): uma identificação possível?* In: *Direito internacional humanitário e a proteção internacional do indivíduo*. PRONER, Carol; GUERRA, Sidney (org.), Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *As normas imperativas de direito internacional público: jus cogens*. Belo Horizonte: fórum, 2004.

GABBA. *De la compétence des tribunaux à l'égard des souverains et des Etats étrangers*. Clunet, vol, 15, 1888.

GAJA, Giorgio. *Jus cogens: beyond the Vienna convention*. In: Recueil des Cours, académie de droit international, vol. 172, 1981, III.

GALICKI, Zdzislaw. *Third report on the obligation to extradite or prosecute (aut dedere aut judicare)*, doc. A/CN.4/603.

GARDINER, Richard. *UN convention on state immunity: form and function*. In: International and comparative law quarterly, vol. 55, 2006.

GARNETT, Richard. *State immunity in employment matters*. In: international and comparative law quarterly, vol.46, janeiro 1997.

GAUDREAU, Julie. *Immunité de l'État et violations des droits de la personne: une approche jurisprudentielle*. Genebra: Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 2004.

GOUTTES, Régis. *L'apport de l'arrêt de la chambre mixte de la cour de cassation de 20 juin 2003 dans la problématique de l'immunité de juridiction des États étrangers*. In: *droit des immunités et exigences du procès équitable*. Pedone: Paris, 2004.

GRÓCIO, Hugo. *O direito da guerra e da paz*. Trad. Ciro Mioranza. 2ª Ed. Ijuí: Unijuí, 2005, v.1, I, XIV, 1.

GRUENBAUM, Daniel. *A imunidade de jurisdição do estado alemão em matéria civil para ações decorrentes de atos praticados durante a segunda guerra mundial*. In: revista de direito do estado nº

GUERRA, Sidney. *Direitos humanos na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HALL, Christopher Keith. *The duty of states parties to the convention against torture to provide procedures permitting victims to recover reparations for torture committed abroad*. In: the European journal of international law, vol.18, 5, 2008.

HALL, Christopher Keith. *UN convention on state immunity: the need for a human rights protocol*. In: International and comparative law quarterly, vol. 55, 2006.

HASSON, Adam Isaac. *Extraterritorial jurisdiction and sovereign immunity on trial: Noriega, Pinochet and Milosevic – trends in political accountability and transnational criminal law*. In: Boston college international and comparative law review, vol. XXV, nº2, 2002.

HIGGINS, Rosalyn. *After Pinochet: developments on head of state and ministerial immunities*. In: the ILCR annual lecture, 2006, disponível em <http://www.lawreports.co.uk>, acesso em 1º/09/2009.

JAPIASSÚ. Carlos Eduardo Adriano. *O tribunal penal internacional: a internacionalização do direito penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

JATAHY, Vera Maria Barrera. *Do conflito de jurisdições: a competência internacional da justiça brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

JENNINGS, Robert. *The Pinochet extradition case in the english courts*. In: CHAZOURNES, Laurence Boisson de; DEBBAS, Vera Gowlland.(org.). *The international legal system in quest of equity and universality*. The Hague: Martinus Nijhoff, 2001.

KASER, Max. *Ius gentium*. Granada: Comares, 2004.

KOLB, Robert. *Théorie du jus cogens international*. Paris: Presses universitaires de France, 2001.

KOLODKIN, Roman Anatolevich. *Preliminary report on immunity of State officials from foreign criminal jurisdiction*, doc. A/CN.4/601.

LAFER, Celso. *A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais*. Barueri: Manole, 2005.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LALIVE, J. F. *L'immunité de juridiction*. Recueil de Cours, academie de droit international, vol. 84, 1953, III.

LENUZZA. Isabelle Pingel. *Les immunités des États en droit international*. Bruxelles: Bruylant, 1997.

LENUZZA, Isabelle Pingel. *Droit d'access aux tribunaux et exception d'immunité: la cour de Strasbourg persiste*. In: revue général de droit international public, 2002, 4.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *A ingerência humanitária e a guerra justa*. In: FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires; BORGES, Paulo (orgs.). *Direitos humanos & direito internacional*. Curitiba: Juruá, 2006.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *Hugo Grócio e o direito: o jurista da guerra e da paz*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *O direito das gentes: entre o direito natural e o direito positivo*. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado; PEREIRA, Antonio Celso Alves (orgs.). *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 2008.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *Uma comparação entre os conceitos de jus gentium em Francisco Suárez e Hugo Grócio*. Tese de doutorado em direito pela UERJ. Rio de Janeiro: 2007.

MCLACHLAN, Campbell. *Pinochet revisited*. In: *international and comparative law quarterly*, vol.51, part.4, 2002.

MADRUGA FILHO, Antenor. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MAGALHÃES, José Carlos de. *O Supremo Tribunal Federal e o direito internacional: uma análise crítica*. Porto Alegre: livraria do advogado, 2000.

MAHMOUD, Mohamed Salah M. *Les leçons de l'affaire Pinochet*. In: *journal du droit international* nº4, 1999.

MANN, F.A. *The doctrine of jurisdiction in international law*. In: *Recueil des cours, académie de droit international*, volume 111, 1964, I.

MARQUES, Sérgio André Laclau Sarmiento. *A jurisdição internacional dos tribunais brasileiros*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MCGREGOR, Lorna. *State immunity and jus cogens*. In: *International and comparative law quarterly*, vol. 55, 2006.

MCGREGOR, Lorna. *Torture and state immunity: deflecting impunity, distorting sovereignty*. In: *the European journal of international law*, vol.18, 5, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*, vol.I. Rio de Janeiro: 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque Mello. *Direito constitucional internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

- MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- MERON, Theodor. On a *hierarchy of international human rights*. In: the American journal of international law, vol. 80, 1986.
- MESQUITA, José Ignácio Botelho. *Da competência internacional e dos princípios que a informam*. In: revista de processo, nº 50.
- MOLL, Leandro de Oliveira. *Case note: Al-Adsani v. United Kingdom – state immunity and denial of justice with respect to violations of fundamental human rights*. In: Melbourne journal of international law, 8, 2003.
- MÖLLER, Josué Emilio. *A fundamentação ético-política dos direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2009.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Problemas relativos a litígios internacionais*. In: revista de processo nº65.
- MORELLI, Gaetano. *Derecho procesal civil internacional*. Tradução: Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: E.J.E.A, 1953.
- NICHOLLS, Clive. *Reflections on Pinochet*. In: Virginia journal of international law, volume 41, nº1, 2000.
- NOVOGRODSKY, Noah Benjamin. *Immunity for torture: lessons from Bouzari v. Iran*. In: the European journal of international law, vol.18, 5, 2008.
- NOWAK, Manfred; MCARTHUR, Elizabeth. *The united nations convention against torture: a commentary*. Oxford: Oxford university press, 2008.
- ORAKHELASHVILI, Alexander. *Peremptory norms in international law*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ORAKHELASHVILI, Alexander. *Restrictive interpretation of human rights treaties in the recent jurisprudence of the European court of human rights*. In: European journal of international law, vol.14, nº 3, 2003.
- ORAKHELASHVILI, Alexander. *State immunity and hierarchy of norms: why the house of lords got it wrong*. In: the European journal of international law, vol.18, nº5, 2008.
- PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Os direitos do trabalhador imigrante ilegal à luz da opinião consultiva 18/03 da corte interamericana de direitos humanos*. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Org). *O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Normas cogentes no direito internacional público*. In: PEREIRA, Antônio Celso Alves; MELLO, Celso Renato Duvivier de Albuquerque (Org). *Estudos em homenagem a Carlos Alberto Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Luis Cezar Ramos. *Costume internacional: gênese do direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André de Carvalho. *Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações dos direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REYDAMS, Luc. *Universal jurisdiction: international and municipal legal perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

REZEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Direito do petróleo: as joint ventures na indústria do petróleo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *As empresas transnacionais e os novos paradigmas do comércio internacional*. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado; PEREIRA, Antonio Celso Alves (orgs.). *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ROBERTS, Anthea Elisabeth. *Traditional and modern approaches to customary international law: a reconciliation*. In: *American journal of international law*, vol.95, nº4, outubro de 2001.

ROBLEDOS, A. Gómez. *Le ius cogens international*. In: *Recueil des Cours, académie de droit international*, vol. 172, 1981, III.

RUFFERT, Matthias. *Pinochet follow up: the end of sovereign immunity?* In: *Netherlands international law review*, XLVIII, 2001.

RYNGAERT, Cedric. *Jurisdiction in international law*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SCHREUER, Christoph H. *State immunity: some recent developments*. Cambridge: Cambridge university press, 1988.

SENA, Pasquale de. *Immunità di ex-capi di stato e violazioni individuali del divieto di tortura: sulla sentenza del 24 marzo 1999 della camera dei lords nel caso Pinochet*. In: rivista di diritto internazionale, 4/1999.

SENA, Pasquale de; VITTOR, Francesca de. *State immunity and human rights: the Italian supreme court decision on the Ferrini case*. In: the European journal of international law, vol. 16, n° 1, 2005.

SHELTON, Dinah. *Righting wrongs: reparations in the articles on state responsibility*. In: the American journal of international law, vol. 96, n° 4 , outubro 2002.

SHELTON, Dinah. *Normative hierarchy in international law*. In: the American journal of international law, vol.100, n°2, abril, 2006.

SINCLAIR, Ian. *The law of sovereign immunity: recent developments*. In: recueil des cours, académie de droit international, vol. 167, 1980, II.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*, v.1. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Órgãos dos Estados nas relações internacionais: formas da diplomacia e as imunidades*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SPINEDI, Marina. *State responsibility v. individual responsibility for international crimes: tertium non datur?* In: European journal of international law, vol.13, 2002.

STEINER, Henry J.; ALSTON, Philip; GOODMAN, Ryan. *International human rights in context: law, politics, morals*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

STEINERTE, Elina; WALLACE, Rebecca M.M. *Jones v. Ministry of Interior of the Kingdom of Saudi Arabia. Case n° [2006] UKHL 26*. In: The American Journal of International Law, vol.100, n°4, outubro 2006.

SUCHARITKUL, Sompong. *Eighth report on immunity of states and their property*, doc. A/CN.4/396 and Corr.1, 1986, vol.II (1).

SUCHARITKUL, Sompong. *Fifth report on immunity of states and their property*, doc. A/CN.4/363 & Corr.1 and Add.1 & Corr. 1, 1983, vol.II (1).

SUCHARITKUL, Sompong. *Immunities of foreign states*. In: recueil des cours, académie de droit international, vol. 149, 1976, I.

SUCHARITKUL, Sompong. *Second report on immunity of states and their property*, doc. A/CN.4/331 and Add.1, 1980, vol.II (1).

SUCHARITKUL, Sompong. *State immunity and trading activities in international law*. London: Stevens & Sons Limited, 1959.

SUDRE, Frédéric. *Droit européen et international des droits de l'homme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

TIBURCIO, Carmen. *Atualidades e comentário à jurisprudência*. In: *Temas de direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TIBURCIO, Carmen. *Boletim de direito internacional* nº91, maio de 1998.

TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto. *Imunidade de jurisdição: o estado federal e os estados-membros*. In: TIBURCIO, Carmen; Barroso, Luís Roberto (orgs.). *O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TIBURCIO, Carmen. *Pipeline. Patente obtida no exterior. Reconhecimento no Brasil em conformidade com a lei estrangeira. Interpretação do art.230 da lei da propriedade industrial (lei nº9279/96)*. In: *Temas de direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TIBURCIO, Carmen. *The human rights of aliens under international and comparative law*. Haia: Martinus Nijhoff, 2001.

TOMUSCHAT, Christian. *Human rights: between idealism and realism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

TOMUSCHAT, Cristian. *Obligations for the states*. In: *Recueil des cours, académie de droit international*, vol. 241, 1993, IV.

TOMUSCHAT, Christian. Instituto de Direito Internacional, 17ª comissão, Sessão de Cracóvia, 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Cours générale de droit international*. In: *recueil des cours, académie de droit international*, vol. 316 e 317, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de direito internacional de direitos humanos*, volume I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

TROOBOFF, P. D. *Foreign state immunity*. In: *recueil des cours, académie de droit international*, vol, 200, 1986, V.

VALLADÃO, Haroldo. *Direito internacional privado*, v.III. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Brasília: UNB: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2004.



VERDROSS, Alfred. *Forbidden treaties in international Law*. In: American journal of international law, vol. 31, 1937.

VERDROSS, Alfred. *Jus dispositivum and jus cogens in international Law*. In: American journal of international Law, 60, 1966.

VILLALPANDO, Santiago. *L'affaire Pinochet: beaucoup de bruit pour rien? L'apport au droit international de la décision de la chambre des lords du 24 mars 1999*. In: revue de droit international public, vol. 104/2000/2.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOYIAKIS, Emmanuel. *Access to court v. state immunity*. In: international and comparative law quarterly, vol.52, abril 2003.

WARBRICK, Colin. *Extradiction law aspects of Pinochet 3*. In: international and comparative law quarterly, vol.48, part 4, 1999.

WATTS, Arthur. *The legal position in international law of heads of states, heads of government, foreign ministers*. In: Recueil des Cours, académie de droit international, vol. 247, 1994, III.

WET, Erika de. *The prohibition of torture as an international norm of jus cogens and its implications for national and customary law*. In: the European journal of international law, vol. 15, n° 1, 2004.

WEYEMBERG, Anne. *Sur l'ordonnance du juge d'instruction vandermeersch rendue dans l'affaire Pinochet*. In: revue belge de droit international, vol.XXXII, 1999, 1.

WHITE, Melinda. *Pinochet, universal jurisdiction and impunity*. In: southwestern journal of law and trade in the Americas, vol. VII, N°1, 2000.

ZAPPALÀ, Salvatore. *Do heads of state in office enjoy immunity from jurisdiction for international crimes? The Ghaddafi case before the French cour de cassation*. In: the European journal of international law, vol. 12, n°3, 2001.